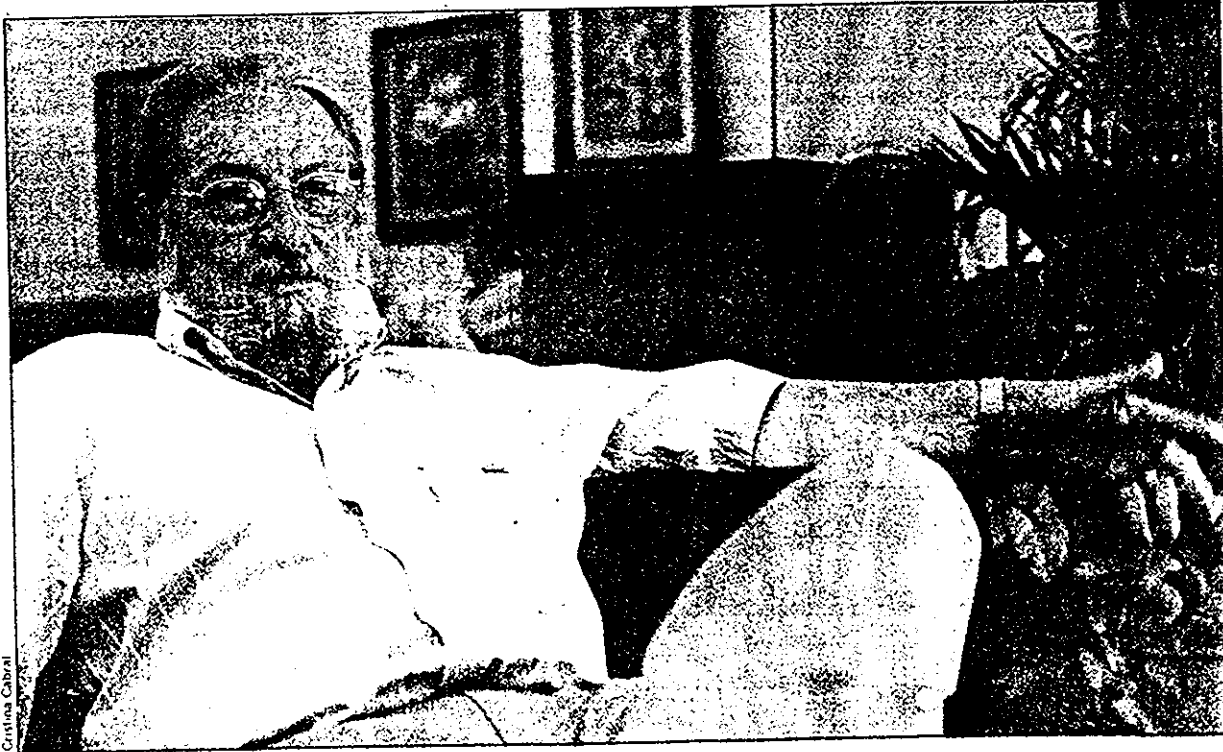


Índio e homem branco nos limites da diferença



ROBERTO OLIVEIRA

Para o antropólogo, pensar na terra indígena como mercadoria é um equívoco que o homem branco comete

ANTÔNIO LISBOA

Depois que Cabral aportou na Bahia com suas caravelas, no longínquo ano de 1500, a vida dos povos indígenas nunca mais foi a mesma. Doenças, massacres, maus costumes, paternalismo e descaso em relação aos seus direitos mínimos têm sido uma constante ao longo desses cinco séculos.

O antropólogo Roberto Cardoso de Oliveira, presidente da Associação Latino-Americana de Antropologia, possui um currículo que o distingue como uma das maiores autoridades em assunto indígena. Doutor em Ciências Sociais pela Faculdade de Filosofia e Letras da USP, ele foi etnólogo do Museu do Índio, presidente da Associação Brasileira de Antropologia e vice-presidente do Conselho Internacional de Filosofia e Ciências Humanas da Unesco.

É autor de publicações como *O Índio e o Mundo dos Brancos* e *A Sociologia do Brasil Indígena*, entre outras. O professor esteve em Goiânia como convidado do programa de comemoração dos 25 anos do Museu Antropológico da Universidade Federal de Goiás. *Indigenismo e Moralidade* constituiu o tema de sua conferência.

■ *O novo presidente da Funai, Márcio Santilli, defende a adaptação do índio ao capitalismo, como forma de sobrevivência. Como o senhor vê a questão?*

• Eu não conheço todas as idéias de Márcio Santilli. Mas imagino que ele se refira a mais uma adaptação à situação de convivência

forçada com a sociedade nacional. No caso, leva à sociedade capitalista. Como não há alternativa, a convivência das populações indígenas deve ser com esta sociedade que tenha estrutura econômica. Por adaptação creio que ele entenda uma convivência com o menor desgaste possível das populações indígenas. O que significa que estas devem saber como tratar a população regional nas suas terras e nas suas aldeias. Neste sentido, não é só o presidente da Funai. Todos os antropólogos pensam assim. Não há como evitar o contato. E esse contato deve ser o que tenha menor custo às populações indígenas. Nesse sentido, adaptação é saber conviver. E isso implica em saber se defender de um convívio forçado com essa sociedade que os índios não escolheram. Sabemos que ele foi obrigado a conviver com a sociedade alienígena a partir do descobrimento do Brasil.

■ *Como deve ser a relação do homem branco com a sociedade indígena?*

• É indesejável que o homem branco queira impor o seu estilo de vida à sociedade indígena. Entendo que a relação mais saudável entre a população branca ou alienígena e a população indígena é de respeito à diferença. Este é um princípio que se deve adotar nas

sociedades pluriétnicas. Significa, no caso, respeitar o índio na sua singularidade cultural e respeitar também as outras etnias que existem no País, e não apenas a indígena. Então, a idéia de respeito à diferença é procurar entender que nem todos são iguais e que, sendo diferentes, não têm que ser necessariamente inferiores. Diferença



Cedoc: Jéssica Van Puitkammer

“Entendo que a relação mais saudável entre a população branca ou alienígena e a população indígena é de respeito à diferença. Este é um princípio que se deve adotar nas sociedades pluriétnicas. Diferença não significa inferioridade”

não significa inferioridade. Mas apenas um estilo de vida diverso, determinado por condições específicas de tradição cultural, de adaptação ecológica e ecossistemas definidos.

■ *Existe quem considere um absurdo o fato de índios conviverem na miséria em áreas riquíssimas, tanto em minérios como em madeira, e propõe a comercialização dessas riquezas. O senhor acredita que o caminho deve ser por aí?*

• Vejo nisso um grande equívoco. A terra para a chamada sociedade civilizada, alienígena, é uma mercadoria. Ela é pensada em termos de recursos, vale dinheiro. É algo visto por uma perspectiva econômica. Para o índio, entretanto, sua terra não é sequer pensada em termos econômicos. Ele a vê como território indígena. Uma área que o índio habita por tradição como nós habitamos as cidades onde vivemos. Para ele é o seu país. Uma área que está marcada por uma longa história, fixada em termos míticos, um lugar onde são enterrados seus mortos, portanto esse lugar tem um sentido sagrado. O índio não pode pensar que esse lugar é vendável. Então, está certo que suas terras tenham riqueza. Ótimo. Mas quem deve saber o momento de utilizá-la seriam os próprios índios, os donos dessas terras. Se a sociedade nacional deseja que essas riquezas sejam aproveitadas pelo Estado, então que tenha uma política que possa ser aceita pelos índios, uma política de etno-desenvolvimento, que lhes dê condições de eles mesmos aproveitarem essas riquezas. Dependia de um acordo entre as lideranças indígenas e o Estado.

■ *O índio tem sobrevivido entre dois pólos: o descaso do governo de um lado. Do outro, o paternalismo da comunidade científica. O que deveria ser feito para sair desses extremos?*

• Não creio que haja paternalismo dos cientistas. Quando se defende o meio indígena, logo os antropólogos são julgados como paternalizando essas relações. O que acabei de falar das relações entre índios e a sociedade alienígena já mostra que não existe nenhum paternalismo. Uma busca de justiça social não deve ser entendida como paternalismo. A partir do final dos anos 60 e de meados dos anos 70, sobretudo, quando os povos indígenas se organizaram através da União das Nações Indígenas, UNI, o antropólogo parou de falar em nome do índio. Isso porque o índio tem a sua organização, as lideranças regionais que se articu-

lam com a liderança nacional e estas falam por ele. Os antropólogos, na medida do possível, se esforçam para criar espaços para as essas lideranças possam se manifestar. E um dos esforços que se faz é para que o próprio Estado brasileiro aceite um diálogo mais profícuo com a sociedade indígena. Coisa que nunca houve. Este é o grande problema. A própria estrutura de governo é um empecilho ao desenvolvimento de políticas públicas, governamentais. A situação da população indígena tenderá a melhorar na proporção que o Estado, através dos seus órgãos, sobretudo da própria Funai, ouvir os índios, estabelecer planos de diálogo, ter lideranças indígenas participando da elaboração de políticas indigenistas nacionais e regionais.

■ *A falta de solução dos problemas indígenas é mais burocrática ou mais burocrática?*

• Precisamos ver que há lobbies fantásticos no Congresso e no governo contra as populações indígenas e buscando defender interesses de governos estaduais e que possuem territórios indígenas. Os Estados da Amazô-

nia Legal têm essa preocupação. Pará, Amazonas, Rondônia e Roraima, este sobretudo, têm sido sistemáticos adversários dos índios. Evidentemente, estes Estados fazem uma pressão enorme para impedir que o Estado brasileiro compra suas obrigações com os povos indígenas. A rigor, acho que uma democracia pressupõe a existência de uma ética.

■ *O cacique Juruna, quando deputado, foi uma figura re-*

vestida de folclore. O senhor acredita que os povos indígenas devem insistir em ter representantes no Congresso Nacional?

• No caso Juruna, evidentemente ele caiu no folclore. Mas isso não deve servir de argumento para que



“A função do antropólogo é estudar a estrutura indígena. Eles não são assistentes sociais. Ao estudar os povos indígenas eles divulgam seus estudos. Com isso, ajudam na compreensão da diferença, mostrando que os índios são formas legítimas de humanidade”

se inicie a entrada de representantes indígenas no Congresso Nacional. Acabei de falar que no âmbito do Congresso não há representantes indígena. Com isso, os índios terão as suas posições definidas por não índios, aliados, o que é perfeitamente justo. Mas eles não o fazem com a legitimidade que se deveria esperar de representantes indígenas. Que não sejam folclóricos. Mas que haja expressivas lideranças políticas. Do índio mais moderno que vem

surgindo como liderança a partir do final dos anos 70. Inclusive com formação universitária.

■ *Que nome o senhor citaria?*

• Citaria Marcos Terena, que conhece bem. Tem curso superior, se não me engano em Administração Pública, além de ser piloto da Funai. É um líder indígena e faz parte do Conselho Indigenista (órgão da Funai).

■ *Que avaliação o senhor faz da atuação das universidades na relação com as sociedades indígenas? O que precisa ser mudado nessa relação?*

• Através dos seus departamentos de Antropologia, as universidades têm anadado muito nas áreas indígenas. Principalmente no setor de saúde. Um exemplo é a Faculdade Paulista de Medicina que mantém, há décadas, no Xingu (PA) um programa assistencial. Isso às vezes é esquecido. Agora, a função do antropólogo é estudar a estrutura indígena. Eles não são assistentes sociais. Ao estudar os povos indígenas eles divulgam seus estudos. Com isso, ajudam na compreensão da diferença. As universidades atuam exatamente aí, mostrando que os índios são formas legítimas de humanidade, diferente da chamada humanidade ocidental, mas que são pessoas de carne e osso, dotadas de sensibilidade, de sentimentos em relação à família, como toda a sociedade. Somente eles têm a singularidade de serem povos de escala reduzida, em termos demográficos, e com culturas mais simples que a cultura ocidental.